

mercado coronavírus

O rapa de Doria nas universidades

Governo estadual teve a má ideia de tapar déficit com dinheiro de ciência e pesquisa

Vinicius Torres Freire

Jornalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

O governo de João Doria quer fazer um rapa nos fundos das três universidades estaduais, USP, Unicamp e Unesp, e na Fapesp, a fundação que financia pesquisa científica. Quer raspar o tacho do dinheiro que a contabilidade chama de "superávit financeiro".

Na conta dos balanços de 2019, trata-se de R\$ 1,5 bilhão. O Orçamento do governo estadual é de R\$ 239 bilhões. O déficit de 2020 está estimado em uns R\$ 10 bilhões.

O plano vai abalar as universidades e arrebentar a ciência paulista, que faz boa parte da pesquisa nacional, que está sendo arrebentada por Jair Bolsonaro. Além do mais, o projeto paulista parece ilegal, pois universidades têm autonomia. Deve ser emendado na Assembleia Legislativa. Ainda assim.

Do ponto de vista da administração pública, é um incentivo ao desperdício e à falta de planejamento. Em tese, essa faca no pescoço induz o gestor a imediatismos corporativos, como torrar o dinheiro enquanto pode, antes que

o Estado leve o que eventualmente possa sobrar. Logo, prejudica planos de investimento a longo prazo, plurianuais, e outras prudências e eficiências no uso dos recursos.

Esse "superávit financeiro" consiste basicamente de caixa e equivalentes de caixa. Mais não se sabe sobre esses dinheiros, pois os balanços das universidades e da Fapesp não especificam a natureza das reservas. Essas e outras satisfações poderiam constar das notas explicativas, por falar nisso, que são pouco mais do que citações

da lei e de normas contábeis. Não explicam nada.

A Fapesp diz em público que esses dinheiros estão reservados e comprometidos com o pagamento futuro de projetos em andamento. Seja como for, a fundação e as universidades precisam de reservas.

O rapa na ciência faz parte de um pacote fiscal. O governo Doria diz que o Estado está na pindaíba e que seria injusto não usar essas "sobras" das universidades e da Fapesp em gastos essenciais, em especial com pobres. Pode ser, mas

com esse argumento também se pode fechar a universidade.

Quais outros recursos estão "sobrando"? A gente não sabe. Doria pretende diminuir incentivos fiscais (favores com o ICMS), fechar autarquias e assemelhados e demitir parte de seus funcionários. No projeto de lei, não mostrou as contas, o que é uma atitude que não presta. O projeto coloca em questão a utilidade de manter certas instituições, o que parece razoável, dada a multiplicidade de burocracias, e pede autorização para privatizar outras tantas, mas não explica em que condições serão prestados certos serviços, o que não é razoável.

As universidades estão no aperto em parte porque fizeram bobagem nos anos de bonança, de crescimento e arrecadação alta (as universidades paulistas têm direito a uma porcentagem fixa da arrecadação estadual). Elevaram despesas fixas (basicamente salários), tendo receitas que flutuam com o ciclo econômico. É assim que o governo do estado do Rio de Janeiro vai à falência ano sim, outro também.

As universidades são autônomas, mas não para fazer besteira, embora não exista um sistema racional de controle, um método que não submeta as universidades à política e a desmandos de governantes chucros. Seria conveniente ter uma regra "anti-cíclica": em anos bons de receita de impostos, seria necessário colocar o dinheiro em um fundo, por exemplo.

Agora, as universidades estão fazendo reservas, um "fundo". A Fapesp de fato faz planos de médio prazo. O governo do Estado quer arrombar uma porta de cofre que estava sendo consertada.

vinicius.torres@grupofolha.com.br

42% das empresas esperam volta da atividade ao normal só em 2021

Sondagem mostra setor de serviços como o mais afetado e recuperação da indústria e do comércio

Eduardo Cucolo

SÃO PAULO Sondagem especial do Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas) mostra que 42% das empresas brasileiras têm a avaliação de que suas atividades só voltarão à situação anterior à pandemia a partir de 2021. Outras 10% ainda não conseguem visualizar um retorno a essa normalidade.

Segundo o levantamento, feito na primeira quinzena de agosto, 25% operam normalmente, e 22% esperam normalização até o fim de 2020.

Os dados reforçam a constatação de que essa é uma crise que afeta mais os serviços, principal setor da economia, do que a indústria e o comércio. Esses dois últimos são aqueles com mais empresas que já voltaram ao nível pré-crise (mais de 30%).

Nos serviços, são 17%. Esse setor é o que tem mais empresas que só veem melhora a partir de 2021 (47%) ou não veem perspectiva de retomar a normalidade (15%). Nos serviços prestados às famílias (como alimentação fora de casa, lazer e turismo), esses percentuais chegam a 66% e 17%.

A sondagem mostra também que 34% das empresas reduziram o quadro de funcionários com a crise econômica deflagrada pela pandemia no novo coronavírus. O percentual chega a 43% nos serviços, setor que mais emprega no Brasil, com destaque negativo para serviços prestados às famílias (57%) e de manutenção e reparação (52%).

A pesquisadora do Ibre Renata de Mello Franco diz que os resultados vão ao encontro de outro levantamento da instituição, que mostrou pouca disposição dos consumidores em voltar a frequentar bares, restaurantes, cinemas e teatros e a viajar de férias.

"O setor de serviços está muito dependente da confiança dos consumidores, não só em relação à economia mas em relação à saúde, a como pandemia vai se comportar. Se tiver uma vacina ou algo mais concreto em relação ao final da pandemia, talvez a gente possa ver os serviços voltando mais forte no final do ano", afirma Renata.

A também pesquisadora do Ibre Luana Miranda diz que, no segundo trimestre, os serviços prestados às famílias caíram mais de 60% em relação ao mesmo período de 2019.

"Se as famílias não têm uma perspectiva de voltar a consu-

Mais de 60% dos serviços não veem volta ao nível pré-crise neste ano

Em quanto tempo a empresa espera que sua atividade volte à normalidade?

Em %



Segmentos em destaque

Em %



Mais pobres sofrem com desemprego e mais ricos têm redução de renda

Qual é o principal motivo de preocupação para você no momento?*

Por faixa de renda, em %

	Desemprego	Redução da renda	Inflação	Contas ou dívidas em atraso	Outros
Resultado Geral	33,5	44,7	3,3	13,7	4,8
Até R\$ 2.100	40,5	30,5	5,5	21,9	1,6
De R\$ 2.100,01 a R\$ 4.800	38,7	39,7	2,9	16,8	1,9
De R\$ 4.800,01 a R\$ 9.600	35,9	48,1	2,2	6,9	6,9
Mais de R\$ 9.600,01	20	59,5	2,6	9,5	8,4

*Para famílias cuja principal preocupação é a questão econômica

Fonte: Sondagem especial do Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas). Foram ouvidos 2.867 empresas e 1.510 consumidores, de 3 a 14 de agosto

mir esses itens tão cedo, até ser realmente seguro, essa recuperação tende a ser mais lenta até a vacina chegar. A gente está vendo notícias muito boas relacionadas ao varejo e até um pouco à indústria, mas o desempenho dos serviços, que são mais de 70% do valor adicionado da economia, é importante para definir como vai ser a recuperação do PIB [Produto Interno Bruto]", afirma Luana.

"Os resultados que a gente tem visto estão muito em linha com uma recuperação puxada pela indústria e pelo varejo, com os serviços muito aquém. E não é só uma questão de renda."

De acordo com a sondagem, o comércio é o destaque positivo, com o maior percentual de empresas já operando na normalidade (33%) e o menor de empresas que não conseguem

visualizar retorno ao nível anterior à pandemia (9%).

Hiper e supermercados e materiais de construção têm os maiores percentuais (41%) de empresas que já retomaram a normalidade, seguidos pelo comércio de móveis e eletrodomésticos (35%).

Nesse setor, os destaques negativos são os segmentos de comércio de veículos (28%) e tecidos, vestuário e calçados (6%).

"Esses itens não são considerados essenciais, e as pessoas com redução de renda acabam postergando esse consumo. Os resultados estão muito relacionados à confiança das famílias, à renda e ao emprego. São segmentos que vão depender bastante de como o mercado de trabalho vai se comportar até o fim do ano para se recuperar ou não", afirma Renata.

Na indústria, o destaque positivo é o segmento de bens de consumo não duráveis, com produtos considerados essenciais (como alimentos, medicamentos e itens de limpeza e perfumaria), no qual mais de 38% das empresas estão operando normalmente. O destaque negativo é a indústria de bens duráveis, que inclui o setor automotivo, com 19%.

"Esse segmento também está muito atrelado à recuperação da renda das famílias e do emprego. Talvez, na avaliação dessas empresas, só deve haver normalização a partir do ano que vem, dado que as perspectivas para o mercado de trabalho até o fim deste ano não são tão boas assim", afirma Renata.

A pesquisadora Luana Miranda afirma que a normalização das atividades no último trimestre do ano terá co-

mo desafio também a questão do fim dos auxílios do governo para os trabalhadores.

Ela afirma que o auxílio emergencial é um fator decisivo na projeção do Ibre, que é de queda do PIB de 5,4% no ano. Esse cenário se baseia na ausência do benefício no quarto trimestre do ano, o que levará a uma desaceleração do crescimento em relação aos três meses anteriores.

"Pelas nossas contas, os auxílios do governo mais que compensaram a queda na renda do trabalho no segundo e no terceiro trimestres. Com a ausência dessas medidas, haverá queda na renda e uma desaceleração do processo de retomada no quarto trimestre. Essa base de crescimento mais baixa deve permanecer ao longo de 2021. No caso de uma renovação dos auxílios, esse resultado pode ser um

pouco melhor", afirma Luana. "Para 2021, a questão fica mais complexa. Esse auxílio se tornar permanente é uma questão mais complicada, dada a limitação fiscal."

Desemprego afeta os pobres mais, e queda de renda, os ricos

Entre os consumidores cuja principal preocupação gerada pela pandemia é a deterioração das finanças familiares, 34% afirmam enfrentar situação de desemprego e 45% de redução de renda, de acordo com sondagem especial do Ibre realizada em agosto.

Segundo o levantamento, os percentuais de famílias em situação de desemprego ou com dívidas em atraso são praticamente o dobro na faixa de menor renda (respectivamente, 41% e 22% para renda de até R\$ 2.100 mensais), em relação aos mais ricos. Na faixa de renda acima de R\$ 9.600, o desemprego afeta 20%, e a inadimplência, 10%.

Para os mais ricos, o principal problema econômico foi a redução da renda, que afetou 60% dessas famílias, acima dos 45% na faixa mais pobre.

A inflação foi citada como principal problema econômico para 5,5% das famílias mais pobres, bem acima dos 2% a 3% nas demais faixas de renda, o que reflete o impacto do aumento de preços de alimentos, que pesam mais na renda dos mais pobres, segundo o Ibre.

Problemas financeiros foram citados por 31% das famílias na menor faixa de renda e 11% entre os mais ricos. Esses últimos demonstraram preocupação maior com questões relacionadas a saúde (66%) e problemas de estresse e questões psicológicas causados pelo distanciamento social (18%).

"As famílias mais ricas tiveram mais preocupação com saúde e bem-estar, e as mais pobres tiveram mais problemas econômicos. Por estarem mais alocadas em trabalhos informais, são pessoas mais suscetíveis a ficar desempregadas em momentos de crise. Também acabaram se endividando mais, e o principal motivo foram a perda de emprego e o impedimento ao trabalho", afirma a pesquisadora do Ibre Renata de Mello Franco.

A pesquisadora cita uma curiosidade da pesquisa. Os mais pobres lideram entre os que se dizem muito afetados pela pandemia (55%) e também entre os que se dizem nada afetados (11%). Na faixa mais alta de renda, os percentuais são de 49% e 3%.

"Isso pode ser reflexo de famílias que sofreram com desemprego e perda de renda, por um lado, e também de uma camada que precisou continuar indo trabalhar ou que já teve de voltar ao trabalho."